

COMUNIDADES TRADICIONAIS TECENDO O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: TRÊS EXPERIÊNCIAS DE INTERAÇÕES ENTRE SOCIOBIODIVERSIDADE, MERCADOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÃO COLETIVA

*TRADITIONAL COMMUNITIES WEAVING TERRITORIAL DEVELOPMENT: THREE EXPERIENCES OF INTERACTIONS
BETWEEN SOCIO-BIODIVERSITY, MARKETS, PUBLIC POLICIES AND COLLECTIVE ACTION*

*COMUNIDADES TRADICIONALES TEJIENDO DESARROLLO TERRITORIAL: TRES EXPERIENCIAS DE INTERACCIONES
ENTRE SOCIOBIODIVERSIDAD, MERCADOS, POLÍTICAS PÚBLICAS Y ACCIÓN COLECTIVA*

RESUMO

Desde os anos 1990 o estado do Amapá apostou num desenvolvimento territorial sustentável a partir da valorização econômica dos produtos da sociobiodiversidade e do reconhecimento dos saberes associados a estes recursos e detidos pelos povos e comunidades tradicionais (PCT). Este modelo de desenvolvimento endógeno se deu em sinergia com as dinâmicas globais na política federal brasileira, assim como dos mercados globais. O artigo questiona o papel de diversos fatores, a começar pelo papel das populações tradicionais, no sucesso do mercado do açaí, que hoje é reconhecido como um catalisador de desenvolvimento territorial sustentável. A partir de uma análise reflexiva de três experiências em diferentes localidades do Estado (Mazagão, Bailique, Oiapoque), as autoras mostram distintas estratégias relacionando populações tradicionais com o mercado, em função de proximidades (geográficas e sociais) e grau de organização coletiva. Estratégias nas quais os instrumentos de fomento públicos ou privados são necessários e mobilizados de forma diferenciada (PGPM-Bio nas comunidades ribeirinhas na proximidade da Capital, PNGATI nas Terras Indígenas, Fundos privados nas comunidades ribeirinhas do Bailique), apenas para reforçar dinâmicas sociais internas. A informalidade fragiliza ainda fortemente a posição dos povos e comunidades tradicionais em todos os elos da cadeia, porém, abre espaços para consolidação dos mercados locais e (assim) para a soberania alimentar.

Palavras-chave: Saberes Tradicionais. Cadeia Produtiva do Açaí. Capacidade de Agir. Organização Local. Soberania Alimentar.

ABSTRACT

Since the 1990s, the state of Amapá has invested in sustainable territorial development based on the economic valorisation of sociobiodiversity products, the recognition of the knowledge associated with these resources and held by traditional populations and communities (PCT). This model of endogenous development occurred in synergy with global dynamics in Brazilian federal policy, as well as in global markets. The article questions the role of several factors starting with the role of traditional populations in the success of the açaí market, which today is recognized as a catalyst for sustainable territorial development. Based on a reflexive analysis of three experiences in different parts of the state (Mazagão, Bailique, Oiapoque), the authors show different strategies relating traditional populations to the market according to their proximity (geographical and social) and degree of collective organization. Strategies in which public or private funding instruments are needed and mobilised in different ways (PGPM-Bio in riverside communities near the capital, PNGATI in indigenous lands, private funds in riverside communities in Bailique), in order to reinforce internal social dynamics. The informality still strongly weakens the position of the traditional populations and communities in all links of the chain, but opens spaces for consolidation of local markets, and thus food sovereignty.

Keywords: Açaí supply chain. Capacity to act. Traditional knowledge. Local organization. Food sovereignty.

 Nathalie Cialdella^a
 Ana Margarida Castro Euler^b
 Eliane Superti^c
 Rosélis Remor de Souza
Mazurek^d
 Catherine Aubertin^e

^a CIRAD UMR-Innovation, Kourou, Guiana Francesa, França

^b Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Macapá, AP, Brasil,

^c Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil

^d EPP Takahi Socioambiental, São Paulo, SP, Brasil,

^e Institut de Recherche pour le Développement (IRD), Paris, França

DOI: 10.12957/geouerj.2022.64997

Correspondência: nathalie.cialdella@cirad.fr

Recebido em: 30 set. 2021

Aceito em: 6 jan. 2022



RESUMEN

Desde la década de 1990, el estado de Amapá ha invertido en el desarrollo territorial sostenible basado en la valorización económica de los productos de la sociobiodiversidad y el reconocimiento de los conocimientos asociados a estos recursos, mantenidos por los pueblos y comunidades tradicionales (PCT). Este modelo de desarrollo endógeno se produjo en sinergia con la dinámica global de la política federal brasileña, así como de los mercados mundiales. El artículo cuestiona el papel de varios factores, empezando por el papel de las poblaciones tradicionales en el éxito del mercado del açaí, que hoy se reconoce como catalizador del desarrollo territorial sostenible. A partir de un análisis reflexivo de tres experiencias en diferentes partes del estado (Mazagão, Bailique, Oiapoque), los autores muestran diferentes estrategias que relacionan a los pueblos tradicionales con el mercado según su proximidad (geográfica y social) y grado de organización colectiva. Estrategias en las que se necesitan instrumentos de financiación públicos o privados e que se movilizan de diferentes maneras (PGPM-Bio en las comunidades ribereñas cercanas a la capital, PNGATI en las tierras indígenas, fondos privados en las comunidades ribereñas de Bailique), con el fin de reforzar las dinámicas sociales internas. La informalidad sigue debilitando fuertemente la posición de los pueblos y comunidades tradicionales en todos los segmentos de la cadena, pero abre espacios para la consolidación de los mercados locales y, por tanto, de la soberanía alimentaria.

Palabras-clave: Cadena productiva del açaí. Capacidad de acción. Conocimiento tradicional. Organización local. Soberanía alimentaria.



INTRODUÇÃO

Após a Cúpula da ONU sobre o meio ambiente e desenvolvimento da Rio-92 (1992), João Capiberibe (governador do Estado do Amapá de 1994 a 2002) lançou em 1995 o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá. O Estado do Amapá foi então primeiro a incorporar a questão ambiental no planejamento da economia e ações locais, centrando na utilização sustentável dos recursos naturais partindo da participação local. O Estado do Amapá apostou num desenvolvimento econômico endêmico baseado na economia verde e na valorização econômica da sua sociobiodiversidade, entendida como inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (PNSB, 2009). De fato, o Amapá é o estado brasileiro com menor taxa histórica de desmatamento e com a maior porcentagem do seu território sob algum tipo de proteção (73%), o que lhe permitiu ter uma posição proativa nas negociações do clima. Do outro lado, apesar de uma taxa de urbanização do estado de quase 90%, o Amapá tem uma importante população indígena repartida em nove etnias. O estado do Amapá, por meio da atuação dos órgãos públicos estaduais e federais (IEF, RURAP, EMBRAPA, UNIFAP, CONAB), assim como alianças duráveis com ONG e a cooperação internacional¹, tem promovido o papel das populações e comunidades tradicionais nas cadeias de valor dos produtos da sociobiodiversidade. Assim, vários instrumentos foram desenhados e/ou implementados, sendo alguns específicos a uma população (por ex. PNGATI) ou mais sistêmicos como o Programa Pro-extrativismo.

Este voluntarismo entra em sinergia com uma dinâmica muito forte ligada ao crescimento do mercado de um produto da sociobiodiversidade em particular: o açaí. Este último, ganhando espaço nos mercados internacionais, nacionais e locais, age como um catalizador, juntando cada vez mais pessoas nos diferentes elos das cadeias dentro do território nas etapas de colheita, intermediação, transformação e venda.

Os “produtos da sociobiodiversidade” estão supostamente para promover os saberes tradicionais de populações marginalizadas, aproveitando (no mesmo movimento) o entusiasmo dos mercados para os produtos naturais. Os produtos da sociobiodiversidade permitem o reconhecimento dos direitos das populações e comunidades tradicionais (PCT), como também outras relações com a natureza. Esta mudança de estatuto de produtos que se inscrevem nos modos de vida amazônicos, até mercadorias « exóticas » para mercados de nichos globalizados, suscita numerosas questões econômicas e sociais (OLIVEIRA et al., 2020) que iremos abordar neste artigo. Como explicar o sucesso do mercado do açaí? Deve-se à mobilização dos produtores extrativistas, às políticas públicas, aos esforços das indústrias de transformação para assegurar seu abastecimento?

O objetivo do presente estudo é analisar, em três estudos de caso em diferentes regiões do Amapá, o papel das comunidades na sua atuação na economia regional e global, assim como identificar as fragilidades

¹ Desde 1992 com o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais -PPG7- e, posteriormente, por meio de projetos relativos ao Platô das Guianas e do mecanismo REDD+.



organizacionais e na relação com os mercados ainda persistentes. Se pretende, desta forma, levar a refletir sobre quais combinações de fatores permitem, afinal, que as populações tradicionais construam seu próprio caminho e contribuam no desenvolvimento territorial/estadual. Numa primeira parte, as autoras apresentam um estado de arte sobre atuação das populações e comunidades tradicionais (PCT) nas cadeias da sociobiodiversidade, das principais políticas públicas concebidas para o fortalecimento destas cadeias; também abordam a localização dos estudos de casos: i) município de Mazagão, na proximidade imediata de uma empresa de exportação, ii) as ilhas do Bailique na foz do Rio Amazonas, e iii) as terras indígenas de Oiapoque, na proximidade da cidade fronteira com a Guiana Francesa (França). Na sequência iremos apresentar cada estudo de caso, a partir de uma leitura comum, de como as populações se relacionam com o mercado, qual tipo de apoio ou programa elas tentam atender, se subsidiam, e quais são as experiências de organização coletiva. Numa parte final, uma leitura cruzada dos casos é apresentada a fim de discutir as forças e fragilidades de cada situação e levar às considerações finais.

POPULAÇÕES E COMUNIDADES TRADICIONAIS, OS MERCADOS DO AÇAÍ E OS INSTRUMENTOS DE FOMENTO

Para as famílias rurais amazônicas, a floresta sempre ofereceu oportunidades de trabalho e renda. A integração entre roças de subsistência e extração vegetal de pequena escala, associando extrativismo a agricultura, é uma das características das atividades laborais das comunidades rurais na região. Dentre as atividades extrativas, a coleta do açaí ganhou destaque com a expansão do mercado a partir dos anos 2000 e alçou comunidades tradicionais para condição de fornecedores de cadeias nacionais e globais, para além dos circuitos curtos, onde já tinham protagonismo.

A cadeia do açaí, diferentemente de outras cadeias de circuitos longos (principalmente de *commodities*) presentes na Amazônia, mantém um diferencial, ao menos enquanto a plantação em grande escala é ainda experimental. Ela mobiliza agricultores familiares, grande parte deles de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos), além de pequenos empreendedores (atravessadores e intermediários), normalmente excluídos de cadeias de capital intensivo. A cadeia do açaí tem ampliado a participação de camadas sociais pouco presentes no mercado, o que não obrigatoriamente gera desenvolvimento social, mas faz circular maior volume de recursos financeiros a setores sociais historicamente excluídos.

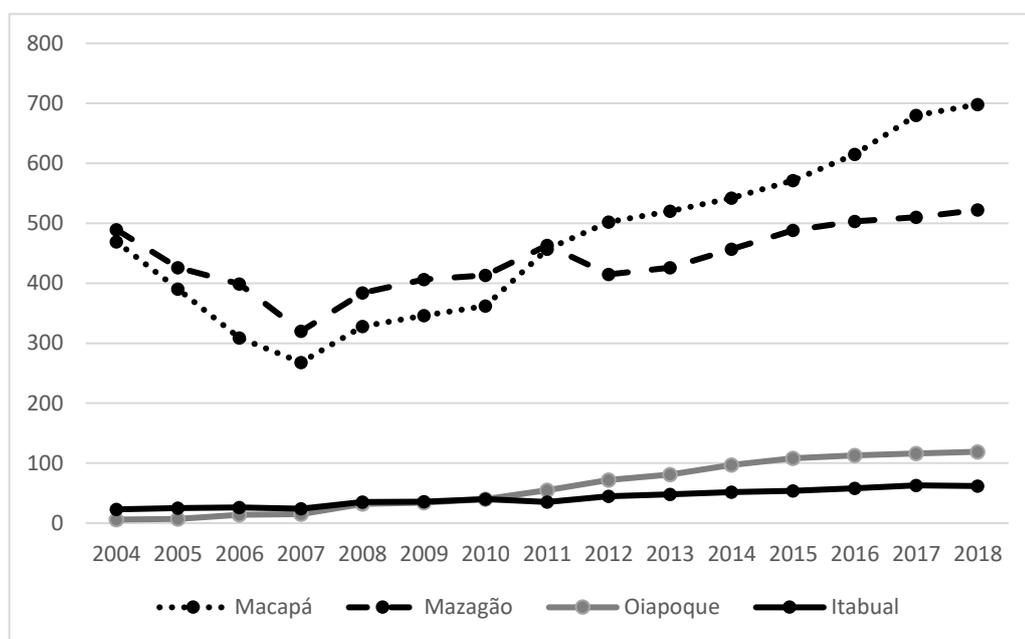
O mercado do açaí tem (assim) aumentado sua importância na dinamização econômica de pequenos municípios amazônicos onde a produção mobiliza as populações rurais. O Amapá é o quinto produtor do açaí brasileiro (IBGE, 2019). Regionalmente sua produção é estratégica², pois, a extração do fruto no extremo norte

² A sazonalidade do açaí que coloca a produção do Amapá em condição estratégica regionalmente pode ser radicalmente transformada se os experimentos de plantação em escala conseguirem garantir produção contínua.



acontece na entressafra do estado vizinho e maior produtor, o Pará. O estado amapaense é um importante abastecedor do mercado regional, principalmente das indústrias de processamento, fora dos principais períodos de colheita paraense (SUPERTI; PEGLER; ARAÚJO, 2018). O município de Macapá (contando com as contribuições das ilhas) contribui no primeiro lugar desde o ano 2011; Mazagão é o segundo produtor do fruto no estado desde então. Parte de seus produtores participam diretamente da cadeia global de valor do açaí, abastecendo uma empresa de exportação de polpa de açaí instalada no Amapá desde meados dos anos 2000. A contribuição dos municípios de Oiapoque e Itaubal (que inclui a região de Macacoari) é bem menor. Porém, notamos também um crescimento progressivo da extração desde os anos 2007-2008. Em 2019 a produção registrada nestes municípios foi de 119 T (Oiapoque) e 62 T (Itaubal), as de Mazagão e Macapá chegando a 522 e 698 T respectivamente.

Figura 1 – Produção de frutos de açaí (ton.) nos municípios de estudos, entre 2004 e 2019.



Fonte: IBGE (2019).

A partir dos anos 2000 vários instrumentos de políticas públicas, desde internacionais até estaduais, vêm apoiando o fortalecimento das populações e comunidades tradicionais nas cadeias de valores da sociobiodiversidade. No Amapá podem ser destacados: i) a aplicação do Protocolo de Nagoya (2014) pelo Ministério do Meio Ambiente, através da implementação dos protocolos comunitários; ii) o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) e a decorrente criação da Política de



Garantia de Preços Mínimos de produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-BIO, 2008), a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial nas terras Indígenas (PNGATI, 2012).

PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS

O Protocolo de Nagoia (2010) reconhece a soberania dos Estados sobre seus recursos. Porém, reconhece também os direitos das populações, ao definir as condições de acesso e de uso dos seus saberes e recursos próprios.

Protocolo de Nagoia:

Artigo 12-3 As Partes empenhar-se-ão em apoiar, conforme o caso, o desenvolvimento, pelas comunidades indígenas e locais, incluindo mulheres dessas comunidades, de:

a - protocolos comunitários relativos ao acesso a conhecimento tradicional associado a recursos genéticos e à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de tal conhecimento [...] (MMA, 2014).

A Convenção 169 da OIT, promulgada no Brasil através do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, amplia o reconhecimento de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Contempla diversos direitos, dentre eles: a identidade, a cultura, a integridade física, a religião, a educação, a participação em processos decisórios, trabalho, terras, recursos e desenvolvimento, proteção ao meio ambiente e à propriedade intelectual. O direito à consulta prévia é previsto na Convenção 169 e no Decreto que a promulgou, devendo os governos realizarem a consulta prévia mediante procedimentos apropriados cada vez que houver alguma proposta que afete seus territórios e modos de vida, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento livre, prévio e informado acerca das medidas propostas.

A partir de 2014 diversos Protocolos de Consulta começam a ser construídos, inicialmente na região amazônica por iniciativa de organizações dos povos indígenas. Estes documentos possibilitam a definição de novas regras de consulta, logo um novo patamar de negociação entre comunidades, governos e os demais atores sociais e econômicos; podem e devem orientar um processo mais equilibrado e justo de acesso e repartição de benefícios sobre conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Na luta por garantir condições de sobrevivência e preservação ambiental, movimentos sociais da agricultura familiar e dos povos da floresta somaram forças com movimentos ambientalistas para colocar suas



necessidades na agenda das políticas públicas. Um dos resultados foi a elaboração do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB). É no bojo deste plano que a Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Sociobiodiversidade foi estruturada em 2008, com o objetivo de reduzir variações na renda dos extrativistas e apoiar a valorização de seus produtos.

A PGPM-BIO atende simultaneamente à necessidade de apoiar o extrativismo vegetal não madeireiro e estimular o uso sustentável das florestas. Sua execução ocorre por meio da subvenção direta ao produtor extrativista (SDPE), operacionalizada pela CONAB. A SDPE é o valor pago para o produtor extrativista que comprovar ter vendido produto nativo — que consta no rol dos produtos subvencionados pela PGPM-BIO — abaixo do preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal. Pela política, garante-se ao produtor uma renda mínima por sua produção, estimulando-o, ao menos no curto e médio prazo, a continuar ofertando o produto (CONAB, 2018). Por meio da PGPM-BIO, o Estado faz transferência de renda ao assegurar que o extrativista receba o complemento.

O impacto da subvenção na renda dos extrativistas foi apontado em levantamento organizado por Brasil (2019, p.38) no ano de 2018. De acordo com este levantamento, considerando os 17 produtos subvencionados e todos os extrativistas que receberam SDPE, o peso da subvenção na renda foi em média de 53%. Ou seja, na média, mais da metade da renda dos produtores naquele ano foi assegurada pela política. No Amapá, no mesmo ano, 51 extrativistas³ de açaí receberam subsídios. A tabela 1 abaixo demonstra o percentual do complemento da renda.

Tabela 1. Receita média dos produtores de açaí nos estados que receberam a SDPE em 2018.

Produto	Receita Média Anual do Produtor				N. Extrativista		
	Estado	Venda	Subvenção	Total			
Açaí	Amapá	R\$3.171,16	57%	R\$2.435,26	43%	R\$5.606,42	51
	Acre	R\$4.830,00	63%	R\$2.898,00	38%	R\$7.728,00	1
	Amazonas	R\$4.812,50	70%	R\$2.050,03	30%	R\$6.862,53	12

Fonte: Adaptado de Brasil (2019, p. 39).

A SDPE garantiu uma complementação que variou entre 30 e 43% da renda dos produtores de açaí nos estados que a receberam em 2018, sendo no Amapá o maior percentual. Estes são valores muito significativos, principalmente quando se considera tratar de produtores de baixa renda. Contudo, em 2018 a PGPM-Bio atingiu 64 produtores de açaí em 3 estados, quantidade irrisória quando se considera o número de envolvidos na cadeia do açaí — estimado em 500.000 (BRASIL, 2019).

³ No relatório de 2020 a CONAB corrigiu o número de extrativistas beneficiados pela PGPM-BIO no Amapá para 70, assim como o valor do subsídio correspondente. Contudo, mantivemos o número de 51 presentes nos documentos citados, pois, a intenção foi demonstrar o valor médio do subsídio sob o valor da venda.



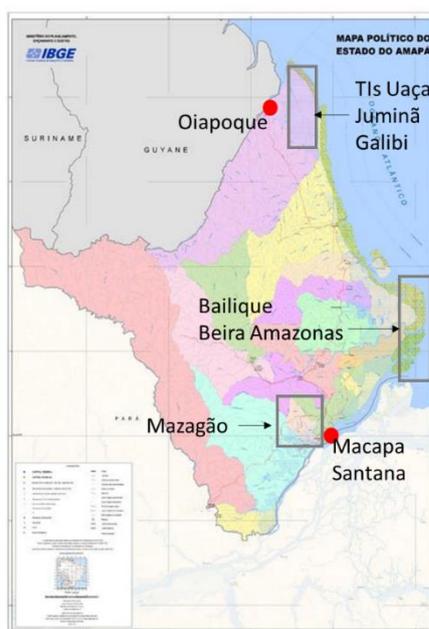
Mesmo com quantidades muito pequenas, segundo dados da Conab (2019, p. 18), entre os anos de 2016 e 2019, o Amapá foi o estado produtor com o maior número de extrativistas beneficiados pela subvenção, 218. Inclusive à frente de estados com maior produção como Amazonas e Acre e que também tiveram os preços abaixo do mínimo com maior constância nas safras destes anos. Chama a atenção, porém, que nenhum extrativista de açaí de Mazagão até o ano de 2019 recebeu a subvenção, os beneficiados concentravam-se na capital, Macapá.

A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL NAS TERRAS INDÍGENAS (PNGATI)

A PNGATI decorreu de um longo processo de lutas, articulações, conquistas entre as relações dos Povos Indígenas e o Estado, além de iniciativas de gestão própria dos territórios pelos povos indígenas. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Eco 92) em 1992 foi um marco importante no reconhecimento do papel dos povos indígenas na conservação e uso sustentável da biodiversidade e da necessidade de apoiar iniciativas e demandas dos povos indígenas na proteção dos seus territórios e seus conhecimentos tradicionais associados que constam expressamente na Convenção da Diversidade Biológica, acordo firmado durante o evento mundial. A partir daí, a dimensão ambiental dos direitos indígenas foi sendo incorporada e iniciativas de gestão ambiental e territorial protagonizadas por povos indígenas, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e organismos de cooperação internacional ganharam corpo, influenciando a posterior elaboração da PNGATI.

OS MERCADOS DE AÇAÍ E O (DES)EMPENHO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Figura 2 – Localização das comunidades e principais lugares de consumo e transformação de frutos.



Fonte: Adaptado de IBGE (2015).



MAZAGÃO: UMA INDÚSTRIA EXPORTADORA “FAIR TRADE”

A indústria processadora e exportadora de polpa de açaí estabelecida no Amapá — Sustainable Management of Brazilian Amazon (SAMBAZON, 2016) — se propõe buscar relações equilibradas com o mercado local e com fornecedores. A empresa define como missão “mudar o mundo positivamente a partir de um extrativismo sustentável, conservando e respeitando o meio-ambiente e praticando a justiça social” (SAMBAZON, 2016). A marca de sustentabilidade e justiça social é uma das principais estratégias de seu *marketing* corporativo.

A Sambazon foi apresentada como exemplo de sucesso dentre as iniciativas do setor privado no Brasil para o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (PNUD, 2015). Ela é signatária do Pacto Global da ONU, do *Fair Trade* (Comércio Justo) e desenvolveu o primeiro Guia de Comércio Justo, para a compra de açaí na Amazônia (SAMBAZON, 2016). Por meio de certificações internacionais, a empresa assegura constituir um modelo de negócio fundamentado no tripé sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e retorno econômico (SAMBAZON, 2014).

Em Mazagão, o relacionamento da empresa incentivou a criação da Associação de Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Mazagão Velho (AMPAFOZ), com a qual a empresa comercializa a compra da produção da comunidade. Segundo relato da presidente da associação (Pesquisa de Campo, 2019), o relacionamento com a empresa para a venda da produção inicialmente envolveu o investimento na comunidade para construção de uma escola em 2013, o que foi realizado com fundo do Fair Trade (SAMBAZON, 2014). A partir de então, as vendas acontecem com regularidade em toda a safra. Parte das extrativistas da associação são cadastradas como fornecedoras da empresa e receberam equipamentos (facão com bainha, lona para fazer a debulha e caixas de transporte) e participam de treinamentos. O cadastro não obriga a venda, mas gera um compromisso de produção observando as recomendações de qualidade da empresa e o acompanhamento por funcionários, que visitam a comunidade com frequência.

Apesar do cadastro de fornecedores, a compra é da produção de todos os extrativistas que entregaram sua coleta para a venda coletiva via a associação. O valor de comercialização é o definido pelo Governo Federal, por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-BIO). A presidente da associação afirmou que para a comunidade, a importância do relacionamento com a empresa, além da escola, reside no fato que todo o açaí colhido é vendido, mesmo que no preço mínimo (Pesquisa de Campo, 2019).

No estudo realizado por Araújo (2017), a importância da empresa exportadora para a compra do excedente de produção ficou evidente. De acordo com a autora, além das comunidades onde a empresa tem



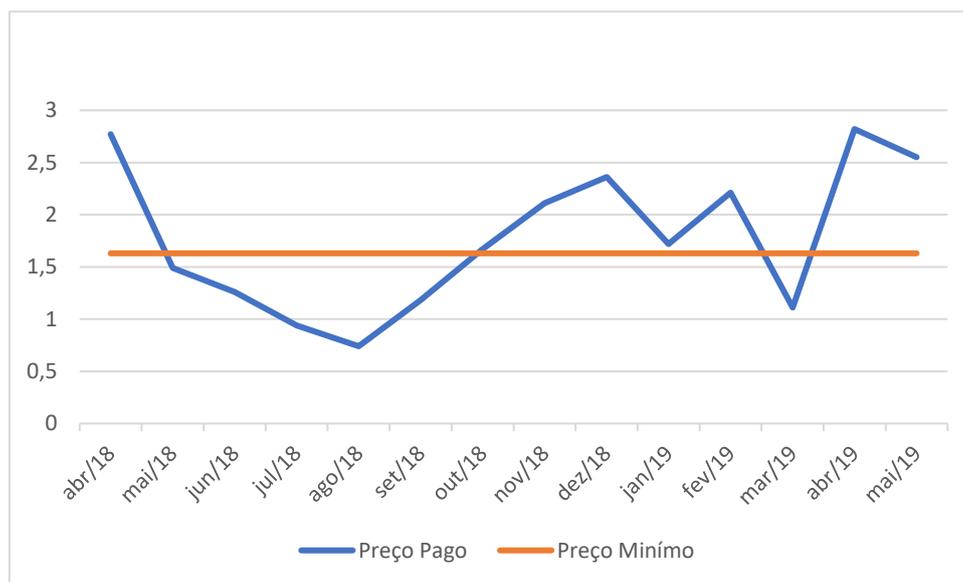
fornecedores, ela atua também com barqueiros – que recebem este nome por viajarem de barcos geleiras pelas comunidades para fazer a compra da produção ou nas feiras de açaí. Os barqueiros têm contrato com a empresa e compram o açaí pelo valor de mercado.

A extração de açaí mobiliza parte significativa das comunidades ribeirinhas e assentados da reforma agrária no município de Mazagão, que tem a maior parcela da população ocupada no setor primário. Mazagão conta com 51 comunidades rurais, ribeirinhas, agroextrativistas e assentados da reforma agrária. Entre estes últimos destaca-se três Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE), sendo dois PAE do Maracá e PAE da Foz do Mazagão Velho, situados nas principais áreas de extração do açaí (MELO, 2017). O potencial de extrativismo vegetal no município fica evidente quando se considera que 44% de seu território são unidades de conservação de uso sustentável: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru, Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Cajari e Floresta Estadual do Amapá (FLOTA). Segundo dados do IBGE (2020), os principais produtos de extração vegetal em valor de produção são: madeira em tora, açaí e lenha.

Mesmo sendo importante produtor de alimentos oriundos da agricultura familiar para o mercado interno e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (LOMBA; FILOCRAO; SILVA, 2020), ocupando a segunda posição estadual na produção de açaí, abastecendo de forma direta a empresa exportadora no estado, e com a sua proximidade com a capital (33,7 Km por rodovia pavimentada), maior mercado de consumo local do fruto, e integrando a zona metropolitana de Macapá e Santana, o município de Mazagão era a penúltima menor renda *per capita* do estado em 2018 (IBGE, 2018).

O cenário de Mazagão confirma o já conhecido quadro de pobreza dos pequenos municípios rurais amazônicos. Certamente a expansão da coleta do açaí tem sido estimulada pelas possibilidades de ampliação de ganhos dos produtores, mas apenas as dinâmicas de mercado não se mostram suficientes para assegurar renda aos produtores. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2019), mesmo com a intensificação da demanda, o mercado do açaí não é capaz de garantir aos produtores mazaganenses, durante toda a safra, o valor mínimo de remuneração estabelecido por meio da PGPM-Bio. Como exemplo, a Figura 3 apresenta a dinâmica dos preços pagos aos agroextrativistas do Amapá de maio de 2018 a abril de 2019.

Figura 3 – Preço pago ao produtor de açaí no Amapá de abr./2018 a maio/2019 (R\$/kg).



Fonte: Adaptado de Conab (2019).

Durante a metade dos 14 meses apresentados no gráfico, o preço de compra do açaí no Amapá ficou abaixo do preço mínimo de comercialização. Vale ressaltar que a baixa dos preços comumente acontece no período de maior produção e a alta quando os extrativistas não conseguem quantidades expressivas para venda dada a sazonalidade do fruto.

A compreensão sobre a ausência de produtores de Mazagão entre os beneficiários da PGPM-Bio conduz ao debate sobre a execução de políticas públicas no contexto de populações rurais amazônicas e de aspectos da organização da cadeia produtiva do açaí no Amapá. Junto aos agroextrativistas das duas principais áreas de produção, vinculados à Cooperativa de Extrativistas e Produtores de Mazagão (COOPMAZ) e a AMPAFOZ, identificou-se que as informações sobre a PGPM-Bio e a SDPE são pouco divulgadas entre os extrativistas, principalmente em sua rede de contatos com outros produtores, atravessadores e associações. É por esta rede, principalmente, que os produtores que vivem nas comunidades rurais e ribeirinhas se informam sobre os preços praticados no mercado local, valor pago pelos agentes da empresa exportadora, previsão do período da safra de outras comunidades. A rede de contatos é uma das formas que os produtores se valem para obter informações de pessoas em quem confiam. A não difusão da PGPM-Bio nesta rede indica sua pouca penetração entre o público-alvo da política pública.

Outro elemento importante para explicar o cenário de não acesso é a forma de governança da cadeia. Embora os extrativistas participem de organizações formais e façam vendas coletivas para o poder público e



empresa exportadora, mais da metade da produção é comercializada com atravessadores. O açaí *in natura* perece muito rapidamente. Via de regra, a colheita acontece pela manhã e a venda até o final da tarde (Pesquisa de Campo, 2019). O produtor e sua família na hora da comercialização não registram a quantidade vendida, valor recebido, dados do comprador que lhe permita ter controle e emitir notas fiscais posteriormente, tal como exigido pela PGPM-Bio. As vendas são informais e diretamente ao atravessador, que tende a ser o mesmo por várias safras seguidas e que vai até as comunidades. Este último não é apenas o comprador do produto, mas uma pessoa próxima ao produtor e em quem ele confia e presta pequenos favores como deslocamento de familiares, adiantamento de valores, transporte de mercadorias e estabelece com a família extrativista laços de amizade, como demonstram Superti, Pegler e Araújo (2018). Trata-se de um empreendedor informal que, quando não é morador, visita com frequência a comunidade onde compra o açaí e fecha com os extrativistas acordos informais de compra antecipada com base em quantidades. Os preços são estabelecidos na hora da entrega da produção pelo atravessador conforme valor de mercado. O atravessador tem uma relação de proximidade com os produtores, que via de regra reconhecem e cumprem o acordo de venda, mesmo quando existe outras possibilidades de comercialização por maior valor (ARAÚJO, 2017). Segundo Barney (2002), este modelo de governança é classificado como relacional e baseada na informalidade estabelecida pelo relacionamento de confiança, de amizade, e de boa-fé entre os agentes. A emissão da nota fiscal exigiria uma outra lógica, alterando aspectos que constituem o modelo de governança tradicionalmente constituído.

Por fim, mas não menos importante, estão os aspectos burocráticos e de acesso à internet exigidos pela política. Os agroextrativistas são o público-alvo da PGPM-Bio, famílias que moram em localidades rurais, em comunidades ribeirinhas, em áreas de assentamentos, com pouca infraestrutura e precários serviços públicos, desde os mais básicos como energia elétrica e água tratada. O acesso à internet é instável e por vezes inexistente. As exigências de uso da internet e de meios eletrônicos (*sites, e-mails, links, senhas*) de comunicação não correspondem à realidade cotidiana destas famílias. Ademais, burocracias como preenchimento de formulários e cadastros, que são comuns para produtores e comerciantes urbanos afeitos a estes expedientes, não são parte do fazer ordinário do extrativista. Cumpri-las exige um esforço que muitas vezes não depende apenas da vontade, mas de condições objetivas, como deslocamentos, conhecimentos específicos, equipamentos de informática e acesso à internet.

BAILIQUE: UMA FORTE MOBILIZAÇÃO

A Amazonbai é uma cooperativa de produtores agroextrativistas criada em 2017 para comercializar o açaí certificado do Bailique e assumir a estratégia de desenvolvimento local pelo fortalecimento da educação no campo (AGOSTINI; RAMOS, 2020). Ela foi a primeira certificação mundial de cadeia de valor de açaí (FSC®



de manejo florestal, cadeia de custódia e serviços ecossistêmicos FSC - CC131371 e FSC - C143197). Trata-se do selo verde mais reconhecido no mundo, dedicado à promoção do manejo florestal responsável, ajudando a cuidar das florestas e das pessoas. A cooperativa tem 132 cooperados (89 do Bailique e 43 do Beira Amazonas) e 3464,58 hectares de florestas certificadas, incluindo área da Escola Família do Macacoari de 12 hectares. Segundo a Amazonbai (comunicação pessoal⁴), na safra 2019 a produtividade das áreas manejadas foi de 9 t/ha/ano. A cooperativa inaugurou recentemente uma agroindústria com capacidade de processamento de 36 t de polpa/mês e tem uma capacidade de estocagem de 60 t de polpa congelada com uma equipe de 12 funcionários. Os investimentos da cooperativa são da ordem de R\$ 300.000 em equipamentos e R\$ 1.5 milhão em infraestrutura total física. Sua receita bruta estimada para 2021 é de R\$6 milhões. A cooperativa possui um fundo social, para o qual os cooperados destinam 5% do valor de cada lata de açaí para o apoio à Escola Família Agroextrativistas do Bailique e à Escola Família Agroextrativista do Macacoari. Além da certificação da Forest Stewardship Council (FSC) para o manejo de açaizais, que a partir de 2020 incorporou a certificação de serviços ecossistêmicos, a cooperativa também tem certificação Vegana, Selo Amapá e está em processo de obtenção da certificação Orgânica.

A Amazonbai conta com um arranjo importante de parceiros institucionais e doadores, que nos últimos oito anos tem sido fundamental para fortalecimento de sua organização social e base produtiva, assim como para o provimento de infraestrutura, acesso a mercados e acesso a políticas governamentais.

O primeiro grande marco nesta trajetória de sucesso foi a construção do Protocolo Comunitário do Bailique no período entre 2013-2015 (AGOSTINI; RAMOS, 2020). Este instrumento, previsto no Protocolo de Nagoia como parte da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), teve apoio do Ministério do Meio Ambiente como um dos primeiros “estudos de caso” brasileiros (MONTEIRO, 2018). Representantes de trinta comunidades da região do arquipélago do Bailique e zona costeira associada (área reconhecida pelo Ministério Público Federal como Território de Populações Tradicionais) participaram e aprovaram o protocolo de regras coletivas no uso dos recursos naturais. O protocolo prevê acordos para a gestão territorial, ações de desenvolvimento local prioritárias e orientações sobre a consulta livre, prévia e informada das comunidades para o setor público e privado. O protocolo é gerido pela Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique (ACTB) que foi criada para este fim.

A cadeia produtiva do açaí sempre esteve no centro das ações do Protocolo, uma vez que se trata da principal fonte de renda das famílias bailiquenses (EULER et al., 2019). O Bailique é uma das principais zonas de produção de açaí do Amapá (CARVALHO; COSTA; SEGOVIA, 2017) e parte expressiva de sua produção é

⁴ Informações fornecidas pelo Presidente da cooperativa durante reunião institucional entre Embrapa e Amazonbai, realizada no dia 29/07/2021. O conteúdo deste tópico também foi submetido à validação por seu vice-presidente no dia 30/08/2021.



deslocada para o mercado paraense e mesmo o internacional, adquirido pela empresa Sambazon. Por ser um local isolado e com uma estrutura logística extremamente complexa, historicamente o valor de mercado situa-se abaixo do praticado nas regiões próximas aos grandes centros (Macapá e Belém), e com um número elevado de atravessadores (CARVALHO, 2010). Por este motivo foi criada a Amazonbai, para organizar a comercialização com vistas a obter melhores condições de negociação e preço, orientada à verticalização e agregação de valor da produção. A cooperativa já nasce com um diferencial, as áreas de produção de frutos de açaí certificadas pelo FSC, viabilizada por uma parceria e acesso ao Fundo Social do Imaflores, instituição certificadora. Este fato traz grande notoriedade à cooperativa, em âmbito nacional e internacional, já que esta foi a primeira experiência de certificação para o açaí de “ponta a ponta”, cobrindo sua cadeia de custódia da floresta até a agroindústria. Apesar de ser um processo relativamente rápido, houve erros e acertos. As boas práticas de produção exigidas pela certificação aumentam os custos operacionais e desta forma o açaí da Amazonbai não alcançou preço competitivo no mercado local, devido à competição com produto de regiões mais próximas e o fato de o consumidor local não ter poder aquisitivo para pagar por um produto certificado e com diferencial socioambiental.

Finalmente, é importante destacar uma outra frente importante de expansão de sua base produtiva em direção às comunidades situadas ao longo da costa amapaense, na foz de rios que deságuam em direção à foz do rio Amazonas. Estas comunidades, autodenominadas comunidades do território Beira Amazonas, também se organizaram em um Protocolo Comunitário e ingressaram na Amazonbai a partir de 2020. Esta região tem uma organização comunitária forte em torno da Escola Família Extrativista do Macacoari fundada em 2014. Atualmente a diretoria da cooperativa é composta por representantes de ambos os territórios, do Bailique e do Beira Amazonas, e com planos de expandir para o território marajoara (PA).

O ano de 2020 foi excepcionalmente desafiador devido à pandemia Covid-19. A cooperativa suspendeu sua operação de compra de frutos de açaí e focou o trabalho (e recursos de captação externa) na distribuição de ajuda humanitária aos associados em forma de cestas básicas, com o apoio de parceiros. Também foi concedido um adiantamento de safra de R\$6 mil com o objetivo de manter as boas práticas e dar segurança financeira aos produtores. Neste tempo, a cooperativa teve um projeto estruturante aprovado por um novo fundo privado de investimento na bioeconomia amazônica, o que permitirá manter ações de fortalecimento da organização comunitária, formação, gestão, estruturação física e plano de negócios da agroindústria com vistas a novos arranjos de mercado. Em 2021 houve a retomada da compra de frutos de açaí com certa desmobilização de parte dos cooperados. O processamento foi realizado em Belém, em um acordo comercial com uma agroindústria deste estado, e a produção foi exportada para São Paulo com uma primeira venda-teste para o mercado europeu.



A região amazônica tem se caracterizado como um ambiente difícil para o florescimento do cooperativismo. No Amapá, inúmeros são os exemplos de empreendimentos que tiveram apoio de políticas de governo e recursos internacionais, mas que depois de uma década não conseguiram se consolidar, a maior parte deles decretou falência ou existe mas está com situação fiscal comprometida e base de cooperados desmobilizada. Neste contexto, o exemplo da Amazonbai nos traz alguns aprendizados interessantes, começando pela organização em torno do Protocolo Comunitário, uma forte rede de parceiros não governamentais e um compromisso com a educação e a sustentabilidade. Entre os desafios, pontuamos a capacidade de manter a fidelidade de sua base produtiva em um mercado local extremamente competitivo, marcado pela cultura de atravessadores. Para isto será fundamental a consolidação da ponta oposta da cadeia, que é o acesso a mercados que reconheçam e paguem pelo diferencial do açaí produzido por comunidades tradicionais que conservam a floresta. Finalmente, a gradual independência de fontes externas para a manutenção desta engrenagem produtiva.

OIAPOQUE: UMA SITUAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA AMAZÔNICA

O açaí é um produto extrativista bastante abundante nas terras indígenas do Oiapoque, no Norte do Amapá, presente em grandes densidades, particularmente nas regiões de várzeas do baixo Rio Curipi, além de ocorrerem em *baixões* nas áreas de terra firme na terra indígena Uaçá. Item importante na alimentação, o açaí já era comercializado *in natura* na região, incluindo a cidade fronteiriça de Saint Georges na Guiana Francesa há (pelo menos) 40 anos. No entanto, a região fica pouco acessível em função das chuvas e condições precárias de transporte durante a safra, sendo o açaí comercializado de forma pouco estruturada e custosa, o que tem limitado as possibilidades reais de melhoria da renda das famílias. Os povos indígenas do Oiapoque decidiram priorizar e investir no manejo, apoio e melhoria da comercialização do açaí em 2012, durante a elaboração coletiva do Programa de Gestão Territorial e Ambiental decorrente da implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas terras indígenas (PNGATI) (MAZUREK, 2013). Este documento norteia e constitui a principal ferramenta de planejamento da gestão da TIs Uaçá, Galibi e Juminã. Tal decisão foi tomada em função do açaí ser um produto extrativista abundante, importante na alimentação, bem inserido dentro das práticas culturais dos povos locais e com um mercado crescente com possibilidades reais de melhoria na geração de renda e que valoriza a biodiversidade local e a manutenção da floresta. Os povos indígenas do Oiapoque em parceria com organizações governamentais e não governamentais (Instituto Iepé e Instituto de Conservação do Brasil — TNC), e em articulação com outros parceiros institucionais, têm desenvolvido atividades que vão desde conhecer as capacidades locais de extração e produção de açaí correspondentes, implantação de parcelas de manejo de baixo impacto de açazais (QUEIROZ; MOCHIUTTI,



2001), estudos da cadeia produtiva do açaí nas TIs do Oiapoque, na busca de melhoria dos mercados locais existentes, além de novos mercados que valorizem o açaí como um produto da sociobiodiversidade indígena.

Uma das informações básicas necessárias às negociações de comercialização do açaí é sobre conhecer as capacidades locais de extração de açaí e as quantidades de produção correspondentes. A produção de açaí extraído, e como é comercializado por safra pelos povos indígenas nas diferentes regiões das TIs do Oiapoque, ainda não foi propriamente quantificada e avaliada. São informações importantes que servem como indicativo das capacidades locais de extração e periodicidade de fornecimento dentro dos contextos sociais e da infraestrutura disponível aos extrativistas e ponto de partida para planejar melhor os acordos e escalas de comercialização considerando, além da abundância do fruto, a capacidade dos coletores de extrair como uma de várias atividades dentro de um espectro mais amplo de seu modo de vida. O acompanhamento mais sistemático da produção e comercialização do açaí *in natura* foi iniciado em 2019 nas principais aldeias produtoras.

A comercialização do açaí beneficiado na cidade de Oiapoque como estratégia de agregar valor ao produto, valorizando a origem indígena das TIs do Oiapoque, foi testada experimentalmente em 2021, a partir da instalação de uma estrutura de processamento estabelecida de acordo com as regras sanitárias e operada por uma equipe indígena local, treinada em boas práticas de processamento (Projeto Açaí Ação).

LOCALIZAÇÃO DAS TIS E PAISAGEM

As TIs Uaçá, Juminã e Galibi, morada dos povos Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi Kali'na, localizam-se no extremo Norte do estado do Amapá e são contíguas formando um bloco de 518.545 hectares. A paisagem é composta por ecossistemas diversificados, com planícies aluviais, ilhas em campos sazonalmente inundáveis, sob a influência de marés, manguezais, montanhas rochosas, manchas de Cerrado, vastas extensões de floresta de terra firme e sofre alterações sazonais dramáticas que mudam radicalmente a paisagem. As TIs Juminã (41.601 ha) e Galibi (6.690 ha) têm parte de seus limites no rio Oiapoque na fronteira com a Guiana Francesa, cujo acesso à cidade de Oiapoque e à fronteira Saint Georges de l'Oyapock é feito principalmente pelo rio por "voadeiras" (barcos abertos com motor de popa entre 15 e 40 hp). A maior parte da população Karipuna, Galibi Marworno e Palikur reside na TI Uaçá, onde cada etnia ocupa uma região geográfica distinta, associada a diferentes rios. A TI Uaçá tem parte de seu território trespassado no sentido norte-sul em 42 km pela BR-156 que conecta Macapá à cidade do Oiapoque. O transporte de produtos das terras indígenas comercializados nas cidades é feito por diferentes rotas e meios de transporte: de barco tanto pela foz do Rio Oiapoque, no oceano Atlântico, pela BR-156 diretamente pelas aldeias localizadas ao longo de



seu eixo, ou indiretamente pelo ramal de acesso a BR-156 na Aldeia Manga, utilizado por moradores de outras aldeias do interior da TI.

AMOSTRAGEM E MÉTODOS DE COLETA DE DADOS DE EXTRAÇÃO, CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

O método de coleta de dados sobre extração, consumo interno e comercialização foi discutido com os agentes ambientais indígenas e coletores das aldeias das TIs do Oiapoque mais envolvidas com a atividade. Foi utilizado um formulário simples de coleta de dados diários de extração de açaí a ser preenchido nos eventos de coleta em cada aldeia durante a safra, sob a responsabilidade dos agentes ambientais indígenas e /ou coletores, contendo as informações: 1- data; 2- nome do coletor (e quantas pessoas acompanharam) para identificar principais produtores e produção individual /familiar e esforço de pessoas envolvidas na atividade; 3- número de sacas por coleta; 4- comprador (nome, onde mora, onde vende, pra quem vende); 5- preço/valores pagos, flutuação ao longo da safra, papel do comprador no preço; 6- onde vendeu, para identificar os destinos (intermediários e finais) do “açaí das TIs do Oiapoque. Dados sobre coleta, consumo e comercialização durante a safra de 2020 foram coletados em 11 aldeias das 3 terras indígenas, compreendendo as regiões dos rios Oiapoque, Curipi, Uaçá e eixo da BR-156.

DIFERENÇAS NO PERFIL DA COMERCIALIZAÇÃO

Há diferenças significativas no modo de comercialização do açaí em função da localização geográfica e facilidades de transporte e acesso a mercados diferenciados. No caso das aldeias nas terras Juminá e Galibi, o mercado do açaí é preferencialmente a cidade fronteiriça de Saint Georges na Guiana Francesa e, alternativamente, a cidade do Oiapoque no Brasil. O açaí é processado em batedeiras e vendido “batido” na moeda local. O preço do litro do açaí batido é €4,00 e a saca de cebola (medida do açaí vendido no “caroço” com cerca de 14 kg) varia entre o mínimo de € 20,00 a €25,00. O açaí batido é levado de voadeira até Saint Georges, onde não há necessariamente compradores definidos esperando pelo produto, mas há uma demanda constante, de acordo com os moradores das aldeias. Os gastos na comercialização são majoritariamente o combustível gasto nas voadeiras para ir e voltar das aldeias até Saint Georges, entre R\$40 e R\$50 por viagem. Além do açaí, os indígenas vendem também a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) beneficiada que é bastante apreciada em Saint Georges e que é vendida pelo mesmo preço por litro que o açaí.

Na região do baixo Rio Curipi, na TI Uaçá, a aldeia Açaizal se destaca na produção e comercialização de açaí, cujo nome reflete a abundância local da palmeira, além da rentabilidade e qualidade do fruto, já bem conhecida pelos compradores locais. Os frutos são vendidos *in natura*, para compradores conhecidos, que



fazem encomendas prévias por *Whatsapp* e quando se encontram para entregar a quantidade de açaí já acertada e combinar as próximas entregas. O açaí é escoado de barcos dos próprios coletores até o ramal da aldeia Manga, de 5km, que dá acesso a BR-156 que conduz a Oiapoque, distante cerca de 18 quilômetros deste ponto. Vendem para vários compradores não indígenas, residentes em Oiapoque, mas também compradores indígenas de outras aldeias que revendem o fruto. Há prevalência na compra por parte de um proprietário de bateadeiras específico em Oiapoque, responsável por comprar 68,3% do total produzido e com quem estabeleceram relações de confiança e para quem vendem há pelo menos três anos. Indígenas arcam com os custos do transporte com combustível da aldeia até o início do ramal da aldeia Manga, que dá acesso a BR-156 e a cidade de Oiapoque. Ocasionalmente, compradores pagam o frete de carro no trecho entre a aldeia Manga até a cidade de Oiapoque. Quando isto não acontece, o custo fica para os produtores.

Atualmente existem 12 aldeias dentro dos limites da TI Uaçá, dispersas ao longo do trecho majoritariamente não asfaltado da BR-156, a diferentes distâncias da sede municipal de Oiapoque, entre os kms 20 e 100, sentido Oiapoque-Macapá. A maioria das aldeias neste eixo extrai açaí, pois, é uma região de predominância de terra firme com ocorrência de muitos açazais nas áreas de baixões. A distância entre a aldeia em relação à cidade de Oiapoque influencia algumas etapas da comercialização do açaí: número de compradores provenientes de Oiapoque, valor do frete, serviços oferecidos pelos compradores.

As aldeias que distam entre 20 e 77 km da sede municipal de Oiapoque tendem a ter mais compradores de açaí e às vezes conseguem que eles venham recolher as quantidades de açaí previamente acertadas com os coletores indígenas, poupando-os dos fretes. Já as aldeias localizadas entre 75 e 102 km de Oiapoque são consideradas distantes para compradores da cidade, tanto pela distância quanto pela dificuldade em trafegar devido às más condições da estrada durante o “inverno” (período de chuvas), quando ocorre a safra do açaí. Para estas aldeias há menos opções de compradores e maior imprevisibilidade de venda, cujo destino do fruto é a cidade de Macapá, a 500 km ao sul. Nestas aldeias, coletores de açaí ficam à mercê de poucos compradores desconhecidos que definem os preços, em geral bem abaixo dos praticados em outras aldeias.

Por último, a região do médio Rio Uaçá é a região mais populosa da TI Uaçá, onde habitam os indígenas da etnia Galibi Marworno, distribuídos em nove aldeias mas concentrados (principalmente) na Aldeia Kumarumã. É a região mais distante da sede municipal de Oiapoque, para onde os indígenas se deslocam, seja de barcos com motor “de centro” pela rota oceânica, ou de voadeiras pelo rio Curipi até chegar ao ramal de acesso a BR-156 na aldeia Manga. Seu maior produto de comercialização externa é a farinha, vendida em Saint Georges e em Oiapoque. O açaí ocorre na região em áreas de terra firme e sua comercialização é interna, havendo bateadeiras e muitos consumidores na aldeia Kumarumã, com cerca de 2000 pessoas.



O mercado do açaí neste trecho do Rio Uaçá é composto pelos moradores das aldeias. O açaí é vendido principalmente processado por um preço tabelado para produtos produzidos nas TIs definido em assembleia. O litro do açaí em 2021 custa R\$7 reais.

As estimativas de produção foram feitas em onze aldeias entre as 14 que mais comercializam açaí nas terras Indígenas (tabela 2). Apresentamos para este presente artigo os resultados de 2020.

Tabela 2 – Estimativa de produção de açaí nas cinco sub-regiões geográficas das TIs do Oiapoque em 2020.

Ano 2020	Nº de aldeias	Açaí (T)*	litros prod.	Renda R\$	Preço (R\$/25 kg)
	1	2,8		6.560	80
	3	11,5		20.945	50-65
	3	15,2		22.005	33-65
	2	0,9		26.760b	70
	2	12,8	4016	ND	NA
TOTAL	11	43,2		76.270	

ND = não disponível. NA = refere-se a dados de açaí consumido nas aldeias.

Fonte: MAZUREK, 2020.

A pandemia do Covid-19 no Amapá e Oiapoque alterou fortemente as vidas e as dinâmicas sociais e econômicas de subsistência nas terras indígenas do Oiapoque em 2020. A ocorrência dos primeiros casos de infecção na região em março de 2020, os óbitos entre os indígenas, a precariedade do atendimento à saúde no município implicou em ações locais de prevenção com a necessidade de isolamento para a contenção da disseminação da doença. Como consequência, dificultou o acesso a benefícios sociais pela impossibilidade de circulação na cidade e a compra de alimentos industrializados que também compõem alimentação local, além de impor uma dependência de auxílios emergenciais governamentais de direito, mas nem sempre disponibilizados na proporção da urgência vivida nas aldeias. Este contexto pode ter afetado a comercialização do açaí em 2020 nas TIs do Oiapoque em função da estratégia de isolamento adotada. As pessoas adotaram o comportamento de ficar nas aldeias, diminuindo as frequentes idas à sede municipal de Oiapoque, que fazem parte da dinâmica socioeconômica local. Por recomendação do Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), o principal ramal de acesso da TI Uaçá à sede municipal do Oiapoque e a BR-156 foi fechado para diminuir a circulação entre pessoas nos dois sentidos e diminuir chances de entrada do vírus nas aldeias. Este ramal é o principal canal de escoamento do açaí das várzeas do Rio Curipi, onde se localizam grandes áreas de produção e extração para a comercialização.

A situação vivida na pandemia evidenciou a importância do açaí na segurança alimentar local. Indígenas responsáveis pelos registros da produção e comercialização de açaí na aldeia Ahumã, tradicional vendedora de açaí, relataram que houve um aumento no consumo de açaí nas aldeias no período da safra, quando



estavam em isolamento. A paralisação das atividades escolares e do fornecimento da merenda escolar produziu uma demanda maior de alimento suprida pelo consumo de açaí. Os moradores da aldeia Ahumã consumiram diariamente 0,69 l de açaí per capita entre março e junho de 2020, o que representa 20,7 litros/mês. Em escala de comparação, os dados de consumo de açaí per capita do Amapá e Pará, considerados os maiores consumidores do mundo, é respectivamente de 24,4l/ano e 17,8l/ano (D'ARACE et al., 2019) e foram superados em (pelo menos) 10 vezes pelo consumo indígena de açaí na aldeia Ahumã em 2020.

UASEI – A EXPERIÊNCIA DA COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ BENEFICIADO INDÍGENA

A maior parte do açaí originado nas terras indígenas do Oiapoque tem sido comumente comercializada *in natura* no mercado local, seja para atravessadores que revendem em Macapá ou para proprietários de bateadeiras em Oiapoque. Em maio de 2021 foi inaugurada a *Uasei*, uma pequena unidade de processamento do açaí indígena, na TI Uaçá, fruto de uma iniciativa do Conselho Indígena dos Caciques das TIs do Oiapoque (CCPIO) e seus parceiros institucionais Iepé, TNC e Funai. Instalada como uma unidade demonstrativa de produção, dentro dos padrões sanitários oficiais e com equipe indígena treinada, é pioneira neste perfil em Oiapoque. Visa no médio prazo melhorar a comercialização, oferecendo melhor preço pelo fruto aos produtores, investir na valorização do açaí beneficiado indígena de qualidade e na sua identidade de origem e divisão proporcional de lucros na venda do açaí beneficiado. Foram estabelecidos acordos prévios sobre preços, boas práticas e venda ao público com os produtores e representantes políticos das principais aldeias que comercializam açaí. A adesão ao fornecimento do fruto para a unidade de processamento pelas aldeias foi espontânea e não exclusiva. A primeira experiência de beneficiamento e comercialização do *Uasei* contou com subsídios dos parceiros para compra inicial do fruto dos produtores (R\$4.480) e pagamento da equipe de sete indígenas (R\$1200/mês por indivíduo). Teve caráter experimental para avaliar diversos aspectos operacionais, desde o fornecimento e pagamento dos frutos aos produtores de diferentes aldeias, ao beneficiamento, armazenagem, distribuição e comercialização do açaí beneficiado, além da administração e gestão da própria unidade de processamento, conduzida inicialmente pelo Programa Oiapoque do Instituto Iepé. Foram definidos (inicialmente) preços fixos mínimos para as sacas do açaí *in natura*, baseados nos maiores valores pagos por compradores tradicionalmente usados pelos indígenas na comercialização. Para o açaí beneficiado e denso (“grosso”) foi proposto que fosse vendido por um valor fixo de R\$ 12/litro, tanto no local de produção quanto através de estabelecimentos comerciais, pontos distintos da cidade, com acréscimo previamente acordado de R\$3 para revendedores. 457 sacas de açaí *in natura* foram compradas de doze aldeias e produziram 3.760 litros entre os meses de maio e junho. O rendimento da venda experimental do açaí beneficiado foi de R\$47.443, dos quais R\$40.362 foram utilizados para pagamento da compra dos frutos



(94%), fretes dos frutos entre aldeias e a unidade de beneficiamento e locais de revenda (4,3%) e gelo para conservação (0,7%). O valor restante foi reservado para ser reinvestido na próxima safra.

Podemos tirar algumas impressões sobre a primeira experiência de comercialização. O açaí indígena beneficiado foi muito bem aceito e muito procurado pela sua qualidade (sabor e textura), em comparação com outros vendidos na cidade. Há mais demanda pelo açaí beneficiado na cidade de Oiapoque do que antecipada nas condições iniciais de organização do fornecimento e produção da unidade de processamento, indicando que o potencial do mercado local deve ser melhor avaliado e aproveitado, incluindo possibilidades na Guiana Francesa. O açaí beneficiado já é comercializado em Saint Georges, onde o comércio de outros produtos oriundos das terras indígenas, como a farinha, é constante, mesmo que sem regulamentação.

A organização prévia de cronograma de entrega de açaí em sistema de rodízio das aldeias produtoras à bateadeira funcionou parcialmente, sendo afetada pela ocorrência de chuvas localizadas, o que impediu a subida nos açazais pelos coletores em função do risco de queda associado à extração. Há necessidade de um sistema de comunicação bem estabelecido entre a bateadeira e as aldeias para que uma aldeia possa fornecer os frutos, caso a aldeia designada como fornecedora da vez seja impossibilitada de coletar em função das chuvas.

Os preços mínimos com valores considerados justos por saca de açaí oferecidos pela unidade de processamento podem estimular o fornecimento espontâneo para a unidade de processamento e influenciar os preços pagos pela saca do fruto produzido nas terras indígenas por outros compradores locais.

Enfim, há necessidade de investir nas discussões coletivas sobre as demandas de organização dos produtores e possibilidades formais para que façam a gestão da comercialização do açaí produzido por eles.

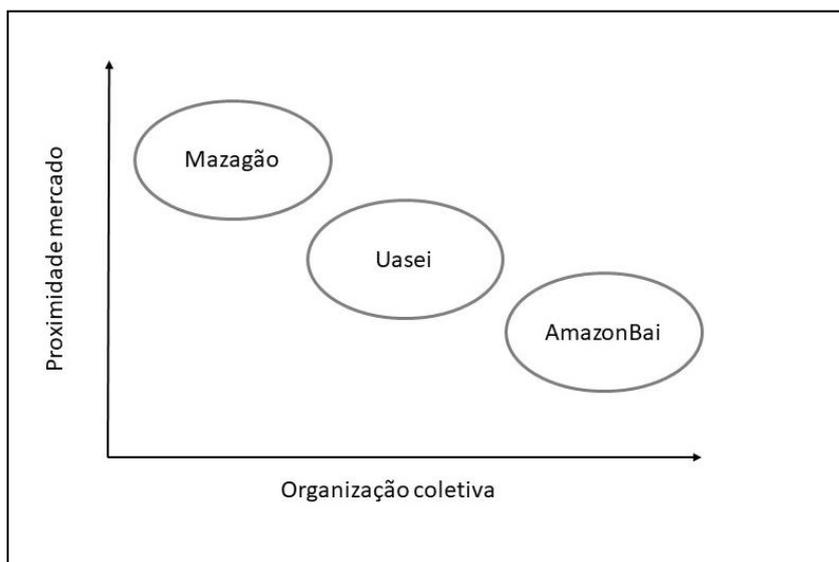
DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três experiências escolhidas apontam primeiramente o sucesso econômico do açaí que se tornou o produto estrela nos mercados da sociobiodiversidade no Brasil, e isto se deve ao empenho massivo e crescente das populações e comunidades tradicionais nos diferentes segmentos (produção tal como colheita, manejo, transporte, transformação), assim como mercados diversos (locais, regionais, internacionais).

As regulamentações e os projetos de fomento à cadeia produtiva do açaí favoreceram este empenho, mas não foram tão fundamentais quanto se esperava. O empenho dos povos e comunidades tradicionais, por meio de seus conhecimentos tradicionais sobre o açaí e suas capacidades de agir, foi que lhes possibilitou se adequarem às demandas. São eles, os povos e comunidades tradicionais que deram origem ao desenvolvimento dos mercados do açaí, mas que ainda não se beneficiam de um retorno financeiro justo.

Podemos analisar as situações apresentadas em função da proximidade dos mercados e do nível de ação coletiva atingido nas comunidades, ilustrando três dinâmicas territoriais (Figura 4).

Figura 4 – Organização coletiva e mercados nas três comunidades.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Se por um lado a situação dos extrativistas de Mazagão está relativamente melhor do que as outras, considerando a proximidade imediata dos mercados locais (Macapá e Santana com população de mais de 500 mil habitantes), e de exportação (presença da empresa americana Sambazon), por outro lado a pouca organização coletiva para negociar preços do açaí resulta em valores abaixo do preço mínimo garantido pela PGPM-BIO, com baixo acesso ao subsídio da política pública e sem garantir a todos os produtores a participação no cadastro de fornecedores da empresa instalada no local. A cooperativa Amazonbai, apesar de um processo avançado de especificação dos frutos, por meio de selos reconhecidos (FSC, Vegano), tem tido dificuldades para fechar contratos com empresas a preços negociados pelos cooperados.

Comparados as duas experiências anteriores, os indígenas das TI de Oiapoque encontraram uma forma de agregar valor nos mercados locais, usando um modelo entre tradição e modernidade: uma fama ligada à qualidade dos frutos e adequação ao mercado pelos planos de manejos de açaizais e capacitações tecnológicas para processamento dos frutos. Nestas situações, diferentes instrumentos de políticas públicas ou de mercados são mobilizados pelas populações e comunidades tradicionais (PCT) a fim de construir as suas próprias estratégias de mercado.



Esta construção (por sua vez) depende das capacidades das PCT se organizarem de forma coletiva e dos investimentos (públicos e privados) concedidos para isto. Assim, há diferenciação no acesso às políticas públicas, em particular. A ausência de acesso dos extrativistas mazaganenses à PGPM-Bio aponta para as dificuldades históricas de atendimento das populações rurais amazônicas e diz respeito ao não reconhecimento da diversidade sociocultural da região e suas especificidades, ao se desenhar meios e estratégias de acesso do público beneficiário à política pública, mesmo quando estas partem de suas lutas e demandas. Porém, o caso do açaí poderá levar a uma leitura da informalidade e do isolamento que pode, no caso dos indígenas de Oiapoque, servir de catalisador de novos territórios, onde se pode preservar a cultura alimentar, gerar renda, e conectar os povos das florestas com as cidades.

Agradecimentos: Resultados de pesquisa oriunda de vários projetos de pesquisa e desenvolvimento: projeto Açaí'ação financiado pela UE no âmbito do programa de cooperação inter-regional Amazônia (PCIA); o projeto SEMAR financiado pelo Ministério do Meio Ambiente; o projeto Manejo Florestal e Extrativismo, financiado pelo Fundo Amazônia/BNDES, a TNC (The Nature Conservancy) e Rainforest Alliance. Este trabalho contou também com apoio financeiro da Chamada nº 03/2020 Produtividade em Pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB código do projeto de pesquisa no SIGAA PIE13592-2020.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, R. M.; RAMOS, R. P., **O Protocolo Comunitário do Bailique**: cuidando da floresta e reduzindo desigualdades estruturais. CEPAL, 2020. 15p. Disponível em: <https://archivo.cepal.org/pdfs/bigpushambiental/Caso83-OProtocoloComunitariodoBailique.pdf>
- ARAUJO, M. M. V. **A governança na produção de açaí pelas comunidades tradicionais quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares do Amapá no ano de 2014 e 2015**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.
- BARNEY, J. B. **Gaining and Sustaining Competitive Advantage**. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2002.
- BRASIL. Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Bioeconomia da floresta**: a conjuntura da produção florestal não madeireira no Brasil. Brasília: MAPA/SFB, 2019.
- CARVALHO, A. C. A. de; COSTA, F. A.; SEGOVIA, J. F. O. Caracterização e Análise Econômica de Arranjo Produtivo Local do Açaí Nativo no estado do Amapá. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 109-129, 2017.
- CARVALHO, A. C. A. **Economia dos produtos florestais não madeireiros no estado do Amapá**: sustentabilidade e desenvolvimento endógeno. 2010. Tese (Doutorado em em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Boletim da Biodiversidade**. Brasília, CONAB, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: www.conab.gov.br.
- D'ARACE, L. M. B., PINHEIRO, K. A. O.; GOMES, J. M.; CARNEIRA, F. S.; COSTA, N. S. L.; ROCHA, E. S.; SANTOS, M. L. Produção de açaí na região Norte do Brasil. **Revista Ibero Americana**, v. 10, n. 5, p. 16-21, 2019.



EULER, A. M. C.; FRANCO, D. O.; GUABIRABA, I. R.; SANTOS, T. T. L. dos; LOPES, D. M.; LOPES, J. C. dos S. Açai - do roçado à floresta: a história do sistema agroflorestal da Comunidade do Arraiol do Bailique, AP. In: ALMEIDA, J. S. S. E.; UDRY, M. C. F. V. (Ed). **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2019. p 239-258.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Mazagão. Amapá. Brasil. **Cidades**. IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LAVAL, P. Dynamique des savoirs et des échanges d'un produit de collecte en territoire transfrontalier. **Confins** [Online], v. 16, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.8027>.

LOMBA, R. M; FILOCRAÇO, A. S. M; SILVA, I.C. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Sul do Amapá. **PRACS**, Macapá, v. 13, n. 2, p. 271-284, jul./dez. 2020.

MAZUREK, R. R. S. **Programa de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Oiapoque, Instituto Iepé**. Belém: TNC, 2013.

MAZUREK, R. R. S. **Relatório de avaliação da safra do açaí nas Terras Indígenas do Oiapoque de 2020**. Relatório Técnico, Instituto Iepé, 2020.

MELO, L. P. de. **Avaliação da adoção e impactos do sistema de agricultura com uso de corte e queima no Município de Mazagão**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

MONTEIRO, I. A. P. **Comuns em cercamento: uma análise do Protocolo Comunitário do Bailique, Amapá, Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

OLIVEIRA, J. C. de (org.). **Vozes vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta**. São Paulo: Ubu Editora/IRD, 2020.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Relatório de 2019**. Disponível em: <https://dados.gov.br>.

PNUD. **Mercados Inclusivos no Brasil**. Desafios e Oportunidades do Ecossistema de Negócios. Brasília, PNUD Brasil, 2015.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE (PNSB) 2009. Brasília: MDA, MMA, MDS, 2009. p.21.

QUEIROZ, A. J. L.; MOCHIUTTI, S. Manejo de Mínimo Impacto para Produção de Frutos em Açaizais Nativos no Estuário Amazônico. **Comunicado Técnico 57**. Amapá: Embrapa, 2012. Disponível em: www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/964364/1/CPAFAP2012Guiapraticodemanejoaçaizais.pdf.

SAMBAZON. Relatório de execução do plano trianual de execução do fundo fair trade Sambazon (PTERTS). **Informações sobre o SCI Sambazon ano 2014**. Sambazon, 2014. Disponível em: www.unglobalcompact.org.

SAMBAZON. **Sambazon: uma produção de açaí sustentável na Amazônia em benefício das comunidades ribeirinhas**. Relator CEO, 2016. Disponível em: www.unglobalcompact.org.

SUPERTI, E.; PEGLER, L.; ARAUJO, M. The Governance of Emerging Value Chains and their Impacts on Traditional Communities. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 8, p. 24-35, dez. 2018.

VIANA, J. P. **Operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade 2009 – 2013: Há espaço para crescer**. Texto para discussão. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2015.